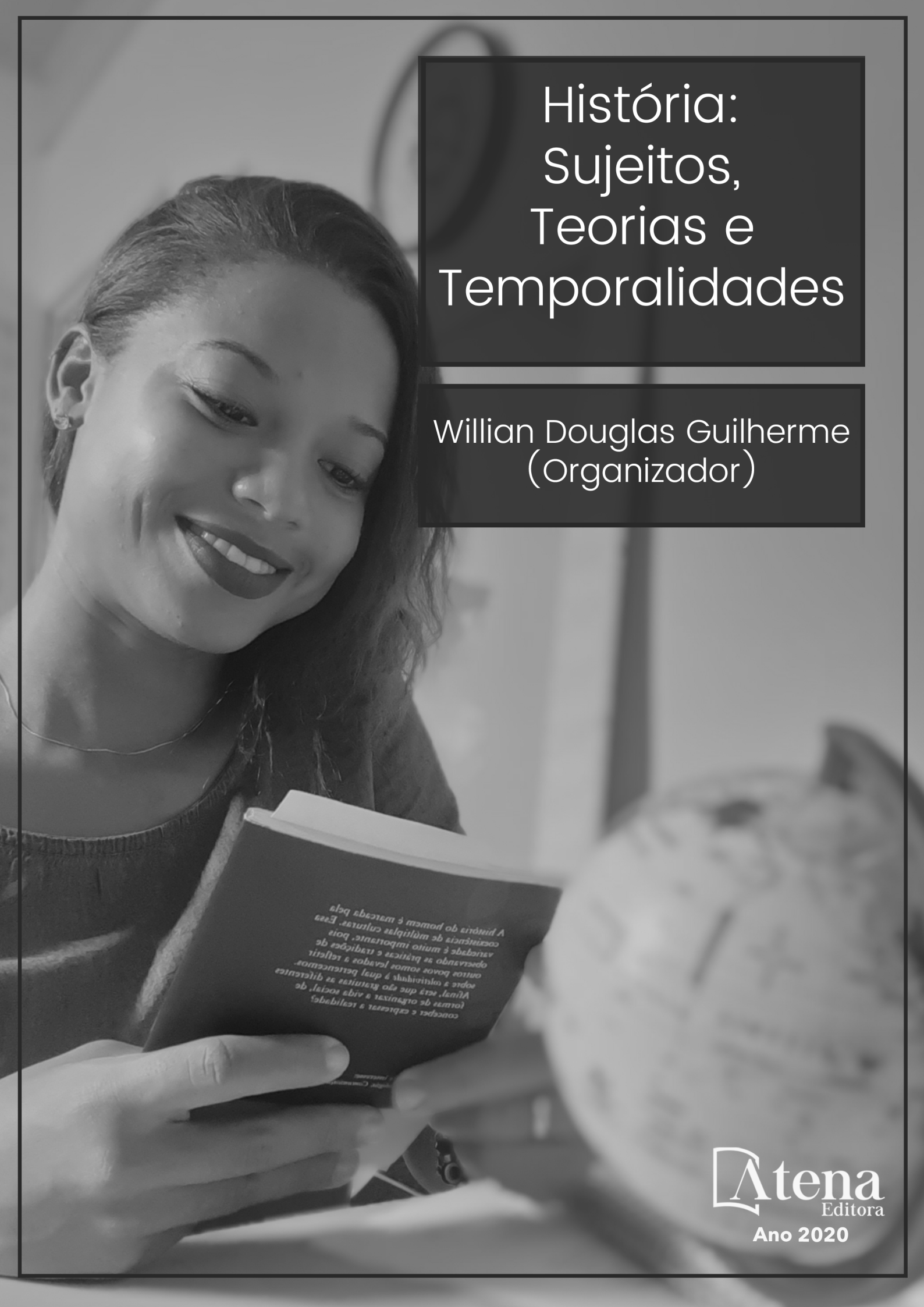


História: Sujeitos, Teorias e Temporalidades

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Atena
Editora
Ano 2020



História: Sujeitos, Teorias e Temporalidades

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

**Atena**
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Camila Alves de Cremo

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
H673	<p>História [recurso eletrônico] : sujeitos, teorias e temporalidades / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia. ISBN 978-65-5706-154-1 DOI 10.22533/at.ed.541200107</p> <p>1. História – Pesquisa – Brasil. 2. Historiografia. I. Guilherme, Willian Douglas.</p> <p style="text-align: right;">CDD 907.2</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

No e-book “História Sujeitos, Teorias e Temporalidades”, foram reunidos quinze artigos que fazem um debate historiográfico em torno dos sujeitos, teorias e temporalidades. Os artigos foram dispostos em cinco grupos.

No grupo um, são três artigos. O primeiro, trazendo um novo olhar sobre a colonização da então capitania de Minas Gerais no século XVIII. O segundo, discute a Lei de Terras em 1850, transitando entre as famílias ricas e pobres. O terceiro, fala sobre o movimento integracionista europeu a partir da segunda metade do século XX.

No grupo dois, os artigos discutem o sofrimento em Nietzsche, o sujeito moderno em Voltaire e o papel da memória como fonte para a história.

No terceiro grupo, são quatro artigos. O primeiro apresenta a investigação baseada na obra de Gustavo Barroso e propõe um estudo dos termos patriotismo e nacionalismo. O segundo texto traz uma reflexão sobre educação patrimonial tendo como su eito, inusitadamente, o Exército Brasileiro. O terceiro, ressalta a atuação do ex-Senador Eduardo Suplicy com referência aos temas cidadania e Programa de Garantia de Renda Mínima. Por fim, são trazidas as influências sofridas por Sérgio Buarque de Holanda em parte de suas obras.

Para o quarto grupo iniciamos com um estudo baseado nos diários de campo de Frederick Starr em suas viagens comerciais ao Congo nos anos de 1905 e 1906. Seguimos com um interessante estudo que entrelaça religiosidade e Marco (Colonial) de Touros, de 1501, localizado no Rio Grande do Norte. Fechando este grupo, um estudo de caso realizado entre os anos de 2012 e 2014, na cidade Cachoeira da Serra/PA, demonstrando o avanço da “contra-reforma-agrária” sobre a Amazônia.

O quinto grupo fechamos com dois artigos. Iniciando com um texto provocante sobre os lugares de sociabilidade em Recife na segunda metade do século XIX. E fechando o quinto grupo e a obra, é apresentada a Companhia Têxtil Brasil Industrial, então localizada na cidade de Paracambi/RJ e sua importância para a história da cidade e do Brasil.

Desejo boa leitura a todos!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A FACE OCULTA DA COLONIZAÇÃO: MEDIDAS DE CONTENÇÃO À MISCIGENAÇÃO NA CAPITANIA DE MINAS GERAIS (1719-1732)	
Hilton César de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.5412001071	
CAPÍTULO 2	12
A LEI DE TERRAS DE 1850 NO CENTRO DA DISCUSSÃO: UM ELO COERCITIVO SOBRE AS FAMÍLIAS LIVRES E POBRES	
Leandro Neves Diniz	
DOI 10.22533/at.ed.5412001072	
CAPÍTULO 3	23
A INTEGRAÇÃO EM DISPUTA: MOVIMENTO HISTÓRICO E PERSPECTIVAS SOBRE O PROCESSO INTEGRACIONISTA EUROPEU	
Daniel Wanderley Caliman	
DOI 10.22533/at.ed.5412001073	
CAPÍTULO 4	35
O PROBLEMA DO SOFRIMENTO EM NIETZSCHE	
Gabriela Ferraz Costa	
DOI 10.22533/at.ed.5412001074	
CAPÍTULO 5	49
O SUJEITO MODERNO EM VOLTAIRE	
Dagmar Manieri	
Elias Rocha Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.5412001075	
CAPÍTULO 6	58
TEMPO, MEMÓRIA E ESQUECIMENTO: REFLEXÕES SOBRE AIMÉ BOMPLAND	
Alessandra da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.5412001076	
CAPÍTULO 7	64
PERSONIFICAR A NAÇÃO – NARRATIVA HISTÓRICA E ESCRITA BIOGRÁFICA EM GUSTAVO BARROSO	
Erika Morais Cerqueira	
DOI 10.22533/at.ed.5412001077	
CAPÍTULO 8	74
REFLEXÕES SOBRE OS LUGARES DE MEMÓRIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: AS INICIATIVAS DO EXÉRCITO BRASILEIRO	
Ivan de Freitas Vasconcelos Junior	
DOI 10.22533/at.ed.5412001078	

CAPÍTULO 9	86
A CIDADANIA E O PROGRAMA DE GARANTIA DE RENDA MÍNIMA: AS IDEIAS DO SENADOR INTELECTUAL EDUARDO SUPLICY (1990-2006)	
Glauber Eduardo Ribeiro Cruz	
DOI 10.22533/at.ed.5412001079	
CAPÍTULO 10	96
SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA: ENTRE O HISTORICISMO ALEMÃO E OS ANNALES	
André Augusto Abreu Villela	
DOI 10.22533/at.ed.54120010710	
CAPÍTULO 11	113
COMÉRCIO, CONHECIMENTO E CULTURA: AS SOCIEDADES CENTRO-AFRICANAS NO INÍCIO DO SÉCULO XX A PARTIR DOS TESTEMUNHOS DE FREDERICK STARR	
Paulo Roberto Firmino Marques	
DOI 10.22533/at.ed.54120010711	
CAPÍTULO 12	126
O MARCO DE TOUROS: UM SÍMBOLO DA RELIGIOSIDADE POPULAR	
José Willians Simplício da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.54120010712	
CAPÍTULO 13	141
TERRITORIALIDADE, IDENTIDADE E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO SUDOESTE PARAENSE	
Karina Andréa Tarca	
DOI 10.22533/at.ed.54120010713	
CAPÍTULO 14	154
RESTAURANTES E CAFÉS: OS LUGARES DE SOCIABILIDADES E GASTRONOMIA NO RECIFE DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX	
Eliza Brito Santos	
DOI 10.22533/at.ed.54120010714	
CAPÍTULO 15	167
UMA PROPOSTA PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL DA <i>COMPANHIA TÊXTIL BRASIL INDUSTRIAL</i> EM PARACAMBI - RJ	
Angelissa Tatyane de Azevedo Silva	
Davi Pereira Romeiro Neto	
DOI 10.22533/at.ed.54120010715	
SOBRE O ORGANIZADOR	184
ÍNDICE REMISSIVO	185

A CIDADANIA E O PROGRAMA DE GARANTIA DE RENDA MÍNIMA: AS IDEIAS DO SENADOR INTELLECTUAL EDUARDO SUPLYCY (1990-2006)

Data de aceite: 01/06/2020

Data de submissão: 01/04/2020

Glauber Eduardo Ribeiro Cruz

Mestre em História – Universidade Federal de
Minas Gerais
Santa Luzia – Minas Gerais
<http://lattes.cnpq.br/8019126169754074>

RESUMO: A luta no Parlamento nacional por parte do senador Eduardo Suplicy teve dois temas norteadores da ação política: a cidadania e o Programa de Garantia de Renda Mínima. Sua dedicação as temáticas se desenvolveu na atuação parlamentar por meio dos discursos – encontrados no Diário do Senado Federal – e na publicação de livros que podem ser considerados sínteses das suas reflexões políticas. O texto – de caráter introdutório – pretende analisar a concomitância entre o amadurecimento das ideias políticas, no parlamento, por meio dos discursos e a publicação de livros, numa ação intelectual, para defesa das práticas cidadãs. A expansão dos espaços de sociabilidades na sociedade brasileira nos proporciona conceber o Parlamento como local político propício para a defesa de propostas e ideais sociais para a

implantação de leis que efetivamente possam alterar a realidade do país, no caso específico, a garantia de uma renda mínima para todo cidadão brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Intelectual; Senador; Programa de Garantia de Renda Mínima; Cidadania; Eduardo Suplicy.

CITIZENSHIP AND THE MINIMUM INCOME
GUARANTEE PROGRAM: THE IDEAS OF
INTELLECTUAL SENATOR EDUARDO
SUPLYCY (1990-2006)

ABSTRACT: The struggle in the national parliament by Senator Eduardo Suplicy had two themes guiding political action: citizenship and the Minimum Income Guarantee Program. His dedication to the thematic has developed in the parliamentary performance through the speeches - found in the Diary of the Federal Senate - and in the publication of books that can be considered syntheses of his political reflections. The text - introductory - aims to analyze the concomitance between the maturing of political ideas in parliament, through speeches and the publication of books, in an intellectual action, to defend citizen practices. The expansion of spaces of sociability in Brazilian society allows us to conceive of Parliament as a political place

conducing to the defense of proposals and social ideals for the implementation of laws that effectively change the reality of the country, in the specific case, the guarantee of a minimum income For every Brazilian citizen.

KEYWORDS: Intellectual, Senator, Minimum Income Guarantee Program, Citizenship, Eduardo Suplicy.

1 | INTRODUÇÃO

O evento: a aprovação da Lei de Renda Básica de Cidadania pelo Congresso em 15 de dezembro de 2003 e sancionada pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva em 8 de janeiro de 2004. A ação: a luta parlamentar desenvolvida pelo senador Eduardo Suplicy entre 1991 e 2004 por meio dos discursos, da apresentação de projetos de lei e de conquistas e de sofrimentos no cenário político nacional e a circulação de ideias por meio da publicação de livros. Assim podemos iniciar, ou começar algo novo, no viés arendtiano, com o intuito de percorrer a trajetória do senador e do intelectual Eduardo Suplicy na sua iniciativa de defender a causa da garantia de renda mínima e da cidadania no Parlamento nacional.

Contudo, a categoria intelectual merece uma reflexão para compreender como Suplicy se adequa ao conceito. Na historiografia, na segunda metade da década de 1970, os intelectuais surgem como campo aberto no cruzamento das histórias política, social e cultural. Para Sirinelli o intelectual é um mediador cultural, em sua visão ampla e engajada, sendo importante considerar trajetórias capazes de abranger seu campo de atuação. No caso francês, os intelectuais buscaram fugir da suspeição e do ostracismo dentro da política, definindo-se como grupo social, entusiasmado pelas massas e divulgando os seus trabalhos em periódicos, buscando a assimilação de suas ideias pela população. O autor alerta que para trabalhar com os intelectuais requer: “a análise sistemática de elementos dispersos, com finalidades prosopográficas” (SIRINELLI, 1996, p. 245).

Helenice Rodrigues mostrou como o caso Dreifus – capitão de origem judia e alsaciana, Alfred Dreifus é injustamente acusado de fornecer documentos secretos ao exército alemão. Preso em 1894, ele é julgado de maneira sumária e condenado à degradação militar e a deportação. Longe de ter sido somente um erro judiciário, o “caso Dreifus” correspondeu a uma das maiores crises políticas da III República francesa (RODRIGUES, 2005, p. 399) – consolidou o surgimento da categoria social, da relação com a luta contra o poder e do direito à palavra pública na França no fim do século XIX e início do XX para os intelectuais. Com o caso Dreifus, inauguraram-se valores morais no campo político, reforçados após a Segunda Guerra Mundial, onde o intelectual passou a reivindicar moral e politicamente a sua opinião no espaço público, cultivando o uso da razão em defesa da verdade. A sua ação efetiva e concreta no espaço público consolidou

um engajamento político em defesa de princípios universais e de valores progressistas, reabilitando o homem em sua totalidade.

O intelectual como figura representativa deve ter coragem para denunciar e combater violações de liberdade e justiça por meio da sua experiência concreta no cotidiano e com ação baseada na língua e na sua intervenção. Para Edward Said “a questão central para mim, penso, é o fato de o intelectual ser um indivíduo dotado de vocação para representar, dar corpo e articular uma mensagem, um ponto de vista, uma atitude, filosofia ou opinião para (e também por) um público” (SAID, 2005, p. 25). O autor demonstra a importância de atribuir aos intelectuais engajados a capacidade de esclarecer aos sujeitos oprimidos a sua tarefa de restituir um sentido às suas histórias e posicionar-se em sua causa “não tenho nenhuma dúvida de que o intelectual deve alinhar-se aos fracos e aos que não tem representação” (SAID, 2005, p. 35).

A expansão dos espaços de sociabilidades na sociedade brasileira demonstrou a incipiência da discussão em torno de temáticas voltadas para a solução dos problemas sociais do país, em todo o século XX, e no seu final também adentrou no Parlamento, ganhando outro espaço de ação política.

2 | OS ANOS 1980 E A PERSPECTIVA CIDADÃ.

A criação de algo novo tem como ponto de partida a irrupção iluminadora da sanção da lei defendida por cerca de treze anos por Eduardo Suplicy. Contudo, politicamente a luta tem início com o livro publicado no ano de 1988 *Da distribuição da renda e dos direitos a cidadania* que é um marco na análise do intelectual Suplicy sobre a questão da cidadania. Na década de 1980, em meio ao regime militar e seus resquícios no governo eleito indiretamente pelo Colégio Eleitoral, o autor afirma que a ação governamental deve se tornar mais transparente e democrática para destinação de recursos para a população “antes do que em função dos objetivos de maximização de resultados das empresas que interagem com o governo” (SUPLICY, 1988, p. 10).

A luta pela cidadania, neste período, mostra como a década de 80 foi de crescente movimentação de organizações sociais como os destituídos da terra, da moradia, da educação, da saúde e da vida. Na análise de Suplicy é importante saber quem influencia e com que peso influencia as decisões de gastos, de participação nas decisões e de democratização no governo para garantir que os direitos universais se tornem uma realidade. Aqui, a prioridade governamental para investimentos públicos na área viária e o menosprezo pela questão da moradia evidencia como os governantes ignoravam as condições cotidianas para a prática da democracia, da sociedade justa e da igualdade de direitos.

Neste ponto, Eduardo Suplicy parece transitar em meio as ideias de Thomas Paine, político americano atuante durante o período de Independência dos Estados Unidos da

América. Paine demonstra como a sociedade é produzida por necessidades, promove a felicidade e encoraja o intercâmbio entre as pessoas, e as finalidades governamentais são a segurança e a liberdade. Para o autor, na ordem da criação os seres humanos são iguais, porém “a igualdade deve ter sido destruída por alguma circunstância subsequente” (PAINE, 1979, p. 16) como a distinção entre ricos e pobres.

Ao refletir sobre a cidadania e relacioná-la a democracia, justiça e igualdade, o intelectual se coloca como ator político que reivindica os direitos aos outros e quer intervir na sociedade a procura de soluções para os problemas, principalmente da desigualdade no Brasil, que pode melhorar “mas será difícil isto acontecer enquanto o conjunto da população não conquistar por si próprio o direito à cidadania que desde os tempos da senzala até os da favela continua sendo arrancado de suas mãos” (SUPLICY, 1988, p. 25).

O autor é categórico na forma e nas consequências da luta pela cidadania que “implica na possibilidade de participarem de qualquer decisão que diga respeito ao destino de suas vidas” (SUPLICY, 1988, p. 26). Nesta situação, as palavras de Hannah Arendt também se aproximam das expectativas de Eduardo Suplicy. Para a autora, a ação como condição humana só ocorre na esfera pública: “vêm à tona quando as pessoas estão com outras” (ARENDR, 1995, p. 192). E é neste espaço político, a esfera pública, que a luta permanece na década de 1980 e adentra a década posterior com mais ênfase.

3 | A DÉCADA DE 1990 E O PROGRAMA DE GARANTIA DE RENDA MÍNIMA

Na década de 1990, a prática neoliberal com a privatização sem limites do Estado e dos recursos públicos, os aumentos do desemprego e da miséria, que levam ao agravamento da fome para os trabalhadores, e a má qualidade dos serviços públicos mobilizaram três dimensões da cidadania: a luta por direitos, como igualdade e diferença; a experiência concreta cumulativa da construção da democracia; e o nexo constitutivo entre a transformação social e a construção democrática. Para Evelina Dagnino, a década de 1990 foi marcada pela dinâmica dos conflitos reais, pela luta e criação de novos direitos e pela constituição de sujeitos sociais ativos, características constituintes do conceito de cidadania que não se vinculou “a uma estratégia das classes dominantes e do Estado para a incorporação política dos setores excluídos, com vistas a uma maior integração social, ou como condição jurídica e política indispensável à instalação do capitalismo” (DAGNINO, 1994, p. 108).

Na perspectiva da autora, os anos de 1990 foram marcados pelo alargamento das relações sociais igualitárias, a ampliação e a inclusão da sociedade civil nas propostas de reformas com a participação efetiva nas definições políticas e a conquista simultânea dos direitos civis, políticos e sociais. Para Dagnino, a década de 1990 evidenciou a necessidade de redefinir a relação entre o Estado e a sociedade em um espaço público de conflito

e compreender os movimentos sociais como redes políticas, múltiplas e heterogêneas, sob a perspectiva “representada pelo seu esforço de adequação à institucionalidade democrática, que revela uma alteração qualitativa nas suas práticas” (DAGNINO, 1994, p. 110).

O Partido dos Trabalhadores, ator político onde Eduardo Suplicy participou na década de 1990 como senador, definiu duas considerações acerca da cidadania nos anos 1990. A primeira no 8º Encontro Nacional, realizado entre os dias 11 e 13 de junho de 1993, no Centro de Convenções em Brasília, o PT defendeu no programa para o futuro governo, as reformas como medidas concretas para combater os monopólios, os latifúndios e os imperialistas, e se voltava “para os setores e segmentos sociais que constituem a maioria da população: os trabalhadores, os marginalizados, as classes médias, os pequenos e médios proprietários” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 551). A cidadania como proposta partidária foi defendida no Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM), considerado importante instrumento para o combate da fome e da miséria e “com o objetivo de assegurar aos brasileiros um nível mínimo de renda capaz de prover suas necessidades básicas como um direito à cidadania” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 551).

E na segunda, no 11º Encontro Nacional, realizado entre os dias 29 e 31 de agosto de 1997, no Hotel Glória no Rio de Janeiro, o PT afirmou a necessidade da luta contra o capitalismo por meio da ética, da política e da economia. Na economia, a proposta foi para a orientação do desenvolvimento para a produção de bens de consumo de massa e para os serviços públicos essenciais, incluindo milhões de brasileiros, e “que priorize as condições básicas da subsistência e cidadania” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 654).

A cidadania como proposta política na década de 1990 foi assimilada pelos partidos de esquerda no país, principalmente o Partido dos Trabalhadores, que construíram seus projetos políticos vinculando os movimentos sociais à institucionalidade democrática. Aqui, os partidos esclarecem aos seus legisladores que eles estão capacitados para a tarefa de lutar em defesa da cidadania. E Eduardo Suplicy seguirá incansavelmente esta orientação, indo ao Congresso para legislar, debater, negociar e persuadir os seus pares sobre a importância da votação favorável do projeto de lei apresentado no ano de 1991.

No Senado Federal, entre os anos de 1990 e 1994, Eduardo Suplicy defendeu a aprovação do projeto de lei que implantava o Programa de Garantia de Renda Mínima no país. O projeto foi aprovado em 16 de dezembro de 1991 com o objetivo de melhorar a distribuição de renda e minimizar os graves problemas sociais no Brasil. Durante os cinco anos, o senador tentou aproximação entre o seu projeto e o do Governo Federal, por meio de estudos, de conferências e de seminários com a participação da sociedade e do Executivo, este, o qual, não demonstrou nenhum interesse em dialogar e em regulamentar o projeto aprovado no Senado. Para o senador, “se esse programa já estivesse vigorando,

um trabalhador que estivesse ganhando o salário mínimo teria direito a mais 30% da diferença entre o patamar, por exemplo, de 200,00 reais e o seu nível de renda, o que elevaria a sua remuneração para mais de 100,00 reais”.¹

A divulgação do relatório do Banco Mundial em 1995 mostrou a situação da desigualdade social e da distribuição de renda no país e motivou a discussão do projeto sobre a renda mínima nos estados e nos municípios brasileiros. O PGRM estava fundamentado nas aspirações solidárias, justas e humanas com o objetivo de erradicar a miséria e a fome pelo acesso à cidadania de todos os habitantes do Brasil, garantindo o princípio de participação de todos os brasileiros na riqueza do país, pois “é instrumento que redistribui a renda de maneira eficaz e direta. Contribui decisivamente para erradicar a miséria, um objetivo prioritário explicitado no art. 3º, inciso III, da Constituição Federal”.²

Para Eduardo Suplicy, a continuidade da defesa do projeto para a garantia da cidadania como um direito de todos mostrou sua convicção em um direito universal – um mínimo de renda garantido ou uma renda de cidadania. “Vamos por etapas; não há problemas de se progredir por etapas, mas precisamos progredir com muito mais energia do que até agora o Governo vem empreendendo”.³

Os valores defendidos por Eduardo Suplicy para o PGRM foram estímulos para a progressão das famílias na procura e na conquista do emprego, e no combate a ociosidade: “o benefício por família será uma proporção da diferença entre R\$60,00 vezes o número de pessoas na família”.⁴ Contudo, o projeto do senador ficou sem apoio dos parlamentares no Congresso Nacional para aprovação.

O PFL, no ano eleitoral de 1998, divulgou no documento partidário a justificativa para o seu posicionamento político como liberalismo social, que buscava as aspirações de liberdade e justiça social. Para Gabriela Tarouco, “nesta concepção, surgida no período entre as duas grandes guerras mundiais, aparece a noção de *Estado necessário*, nem mínimo nem máximo, deveria coexistir com a livre iniciativa e a economia de mercado, associando ao liberalismo a defesa dos princípios de igualdade” (TAROUCO, 1998, p. 69).

Nesta perspectiva, o senador Edison Lobão (PFL) considerou fundamental as privatizações e o projeto de renda mínima para a sociedade brasileira, o que atendeu aos legítimos interesses da sociedade e “quanto ao programa social, à medida em que o País se aprofunda na privatização - e essa é também uma iniciativa a que somos favoráveis - é preciso que o Estado, aí sim, ingresse mais ativamente no social”.⁵ Suplicy considerou oportunismo eleitoral a divulgação do documento com o apoio ao PGRM e duvidou da efetividade da erradicação da miséria no país pelo PFL, mas caso o documento “estiver expressando um desejo sincero, convido o referido partido a passar da retórica à prática”.⁶

1 Diário do Congresso Nacional. Seção II, 19/01/1995, p. 844.

2 Diário do Senado Federal. 1/5/1996, p. 7459.

3 Diário do Senado Federal. 4/2/1997, p. 3741.

4 Diário do Senado Federal. 12/12/1997, p. 27945.

5 Diário do Senado Federal. 3/2/1998, p. 2107.

6 Diário do Senado Federal. 3/2/1998, p. 2109.

No livro de 1998, denominado *Programa de Garantia de Renda Mínima*, Eduardo Suplicy trouxe dentro da perspectiva gradualista, o critério da idade, a vinculação das pessoas que receberiam os benefícios do programa aos programas governamentais, a oferta de serviços e bens de consumo duráveis e ao treinamento para aperfeiçoar ou ingressar no mercado de trabalho, com a pretensão de “dignificar o cidadão” (SUPLICY, 1998, p. 13). Neste ponto, identificamos uma diferença em relação a perspectiva apresentada no ano de 1990 com os critérios de idade mínima de 25 anos e o recebimento de menos de 2 salários mínimos.

Nesta obra, o senador ainda ressalta a existência de programas similares em países e cidades/estados brasileiros, a sugestão do início do programa pelos estados de menor renda per capita e cita o caso de aplicação de programa semelhante no Alasca onde a “renda igual paga a todos os residentes como um direito a cidadania” (SUPLICY, 1998, p. 22) e a criação em 1986 da Rede Europeia de Renda Básica como um fórum de debates que defende uma “renda pequena, porém incondicional, a todas as pessoas, independente de sua origem, raça, sexo, situação civil, de emprego ou econômica” (SUPLICY, 1998, p. 22).

Enfim, o surgimento de critérios para o programa de garantia de renda mínima em vários níveis demonstra como a proposta mobiliza atores sociais que também pretendem intervir socialmente. Simultaneamente explicita como Suplicy é aberto para compreender a variedade de propostas e definir uma opção para o seu projeto de lei.

4 | O INÍCIO DOS ANOS 2000: RUMO A RENDA DE CIDADANIA

A luta parlamentar continua no Senado Federal principalmente quando o Governo Federal não estabelece metas de longo prazo para a definição de uma ação política eficiente para o combate à miséria gerada pela política neoliberal, principalmente porque a desigualdade de renda e a pobreza no Brasil mantinham números alarmantes. Eduardo Suplicy apresentou projeto de lei para a instituição da linha oficial de pobreza para a diminuição de desigualdades socioeconômicas por meio de critérios e metas que eram referências nas orientações das políticas sociais no país. Neste ponto, a efetivação do Programa de Garantia de Renda Mínima contribuiria para que todas as pessoas de país participassem da riqueza da nação, recebendo o suficiente para a sobrevivência.

Um complemento de renda seria garantido a cada família como um direito à cidadania, como um direito que a nenhum conselho ou grupo de pessoas seria possível retirar daquela família, uma vez que estaria bem definido, pelo Congresso Nacional, o direito inalienável daquela família, daquelas pessoas, daquelas crianças de estarem recebendo um mínimo de renda.⁷⁷

As propostas para a erradicação da pobreza teriam a combinação do salário mínimo, da garantia de renda mínima, do imposto de renda negativo e do crédito fiscal

7 Diário do Senado Federal. 20/11/1999, p. 31266.

por remuneração recebida. As opções mostradas por Eduardo Suplicy eram a forma de o Governo Federal examinar e definir a política ser adotada. As ações do Governo Federal foram modestas e insuficientes com o programa Bolsa-Alimentação, o Bolsa-Escola e o Cartão Cidadão, principalmente porque não se estendeu para todos os municípios brasileiros. Com este intuito, Eduardo Suplicy apresentou o projeto de lei que instituiria a renda básica incondicional e de cidadania com o objetivo de implantar a igualdade econômica com a participação de todos na partilha da riqueza da nação e de evitar a burocracia e o estigma da pobreza.

Quero assinalar um fato histórico hoje para o Congresso Nacional, para o Senado Federal: pela primeira vez na história das nações, o parlamento de uma nação votou a instituição de uma renda básica de cidadania.

Sr. Presidente, a partir de 2005, pelo projeto de lei aprovado hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos em caráter terminativo – há, porém, a necessidade de mais uma votação -, teremos o direito, todos os brasileiros e estrangeiros residentes há cinco anos ou mais no Brasil, de receber uma modesta renda - renda suficiente para nossas necessidades vitais. Caberá ao Poder Executivo estabelecer o montante dessa modesta renda, levando em consideração a capacidade econômica, a arrecadação financeira e o grau de desenvolvimento do país.

Tendo em vista que esta proposta está contida no Programa de Governo do PT, a partir de 2005, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva saberá dar os

passos graduais para erradicar a fome, a pobreza e garantir dignidade e liberdade a todos os brasileiros.⁸

O momento histórico ressaltado por Suplicy nos aproxima novamente do pensamento de Hannah Arendt, quando esta analisou o poder da Declaração de Independência dos Estados Unidos como a maneira em que a ação se concretiza em palavras, e onde na palavra escrita “o poder de ação é grande o suficiente para erigir seu próprio monumento” (ARENDR, 2011, p. 176). O senador Suplicy erigiu seu monumento ao conquistar a aprovação da lei que lutou por mais de dez anos no Congresso Nacional, mas também mostrou como a revelação da ação e do discurso acontece por meio da repetição, pois foram muitos discursos e muitos entraves até a aprovação da regra.

Com o projeto de Renda Básica de Cidadania apresentado em 2001, o senador Suplicy demonstrou como a luta no Parlamento visava o interesse público, ao atingir o maior grupo de pessoas possíveis por meio dos vínculos: a vacinação para as crianças, a garantia de frequência escolar para crianças e adolescentes e a alfabetização e a capacitação para o mercado de trabalho para os adultos. A perspectiva era atingir as camadas mais necessitadas da população e garantir a constitucionalidade do conteúdo da lei.

A crença do intelectual era na possibilidade da lei ser implantada por completo até 2008, pois os valores são menores que os juros da dívida pública e é possível também

8 Diário do Senado Federal. 11/12/2002, p. 25293.

diminuir o índice de desigualdade medida pelo Banco Mundial e Gini, tornando a economia mais competitiva com a expansão do crescimento e as oportunidades de trabalho e a ampliação do grau de liberdade com a construção de uma sociedade mais justa.

Tenho a convicção de que a sua aprovação pelo Congresso Nacional e sanção presidencial corresponde ao extraordinário anseio demonstrado pelo povo, na eleição de Lula, de que é agora necessário se fazer justiça e o quanto antes dar prioridade à erradicação da fome, da pobreza absoluta e à melhoria da distribuição de renda e dos direitos à cidadania no Brasil (SUPLICY, 2004, p. 19).

Novamente, a convicção de Suplicy se aproxima do pensamento de outro revolucionário americano: Thomas Jefferson. Para este, o governo deve proteger e salvaguardar os direitos do povo, cuidando da vida e da felicidade humanas por meio de uma maioria livre de interesses privados e sob a égide da razão. Para Jefferson, a experiência de autogoverno – onde os homens de negócios podem ser retirados e colocados outros nos lugares que tenham a mesma capacidade – e a instrução da sociedade para a preservação da paz são elementos importantes para a manutenção do governo, pois “o povo é a única base de confiança para preservação de nossa liberdade” (JEFFERSON, 1964, p. 65).

Em si, a relação colocada em prática era possibilitar a liberdade da sociedade por meio de uma lei que garantiria uma renda básica para todos e simultaneamente, ter a participação social como foco importante na manutenção das políticas governamentais.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trajeto percorrido, alguns pontos merecem mais espaço para análise como o projeto apresentado em 1990 tem critérios como a idade e o valor de dois salários mínimos; o projeto apresentado em 1998 tem critérios como a idade, a vinculação das pessoas aos programas governamentais, a oferta de serviços e bens de consumo duráveis e ao treinamento para aperfeiçoar ou ingressar no mercado de trabalho; o projeto aprovado em 2001 tem a vacinação, a frequência escolar e alfabetização e a capacitação para o mercado de trabalho; o critério defendido pela Rede Europeia de Renda Básica é a renda básica para todas as pessoas, independente de distinções; e os projetos aplicados em cidades, estados e países diferentes que se efetivam na prática mostram o quanto às opções políticas de Eduardo Suplicy precisam ser problematizadas e refletidas.

Contudo, também mostram como a ação do senador é humana e revelada pelas palavras e “só se torna relevante através da palavra falada na qual o autor se identifica, anuncia o que fez, faz e pretende fazer” (ARENDR, 1995, p. 191). Isso constrói sua identidade pessoal e singular como ator político e reforça o pensamento de que não é possível prever o resultado e o fim da ação porque ela não tem fim, não é a aplicação da lei que fará o senador parar de lutar pela implantação da renda básica de cidadania. A imprevisibilidade da efetivação da lei é o que motiva o intelectual a continuar refletindo sobre a temática

da cidadania por meio da sua faculdade de prometer e cumprir promessas. O livro *Renda básica de cidadania: a resposta dada pelo vento* publicado no ano de 2006 pode ser um exemplo de continuidade da luta, mas este já é um novo início, para uma nova reflexão.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1995. 348p.

ARENDDT, Hannah. **Sobre a revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. 410p.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, Evelina (org.). **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994. pp. 103-115.

JEFFERSON, Thomas. As bênçãos de um governo livre. In: JEFFERSON, Thomas. **Escritos políticos**. São Paulo: IBRASA, 1964. pp. 51-74.

PAINE, Thomas. O senso comum e a crise. In: JEFFERSON, Thomas; PAINE, Thomas; HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John; TOCQUEVILLE, Alexis de. **Escritos políticos**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979, pp. 11-44.

Resoluções de Encontros e Congressos. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1998. 703p.

RODRIGUES, Helenice. O intelectual no “campo” cultural francês: do caso Dreifuss aos tempos atuais. **Varia História**, UFMG - Belo Horizonte, v. 21, p. 395-413, 2005.

SAID, Edward. **Representações do intelectual: as conferências Reith de 1993**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. 127p.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMOND, R. (org.) **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 1996, pp. 231-296.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. **Da distribuição da renda e dos direitos a cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 1988. 342p.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. **Programa de garantia de renda mínima**. Brasília, DF: Senado Federal, 1998. 87p.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. **Renda de cidadania: a saída é pela porta**. 3. ed. aum. São Paulo: Cortez: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004. 389p.

TAROUCO, Gabriela. **O Partido da Frente Liberal: trajetória e papel no sistema político**. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1999. 175f.

ÍNDICE REMISSIVO

A

África 114, 115, 117, 119, 123, 124, 129, 130, 163

Annales 9, 63, 96, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 124

Autoridade 1, 26, 28, 66, 129, 130

B

Bakuba 114, 117, 119, 120, 121

Baluba 114, 119, 120, 121

Biografia 61, 64, 70, 105, 111

Bonpland 58, 61, 62, 63

Brasil Industrial 7, 9, 166, 167, 168, 169, 170, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 179, 181, 182

C

Casamento 1, 2, 3, 5, 6, 7, 10

Cidadania 7, 9, 28, 31, 66, 76, 81, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95

Colonização 7, 8, 1, 2, 13, 100, 105, 141, 142, 143, 151

Cultura Política 64, 65, 73

E

Eduardo Suplicy 7, 9, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94

Esquecimento 8, 44, 58, 59, 60, 61, 63, 75, 77, 83, 137

Europa 3, 23, 24, 25, 27, 30, 31, 32, 33, 34, 51, 62, 81, 98, 99, 101, 108, 129, 130, 154, 155, 163

F

Fábrica 73, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 176, 177, 181, 182

Família 1, 2, 5, 6, 10, 17, 50, 51, 55, 65, 91, 92, 121, 122, 148, 151, 161, 174

Famílias Livres 8, 12, 15, 18, 20

Frederick Starr 7, 9, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 121, 124

G

Gastronomia 9, 153, 160, 163, 164

Gustavo Barroso 7, 8, 64, 68, 72

H

História 2, 7, 1, 10, 14, 21, 26, 49, 50, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 80, 82, 85, 86, 93, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105,

106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 116, 117, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 142, 153, 154, 157, 159, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 177, 182, 183
Historicismo 9, 96, 97, 99, 102, 103, 109, 111

I

ideal ascético 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47
Identidade 9, 26, 30, 31, 64, 65, 68, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 82, 83, 84, 94, 96, 105, 137, 140, 146, 150, 168, 170, 181
Iluminismo 49, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 154
Integração 8, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 52, 83, 89, 142
Intelectual 9, 49, 50, 55, 68, 69, 86, 87, 88, 89, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 101, 105, 107, 109, 110, 112, 127, 133, 134, 155, 161

L

Lei 7, 8, 6, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 61, 79, 87, 88, 90, 92, 93, 94, 142, 148, 160, 168

M

Memória 7, 8, 8, 58, 59, 60, 61, 63, 65, 66, 67, 68, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 106, 153, 164, 167, 168, 170, 171, 172, 173, 177, 181
Mestiçagem 1, 6, 7, 8, 9
Militares 32, 64, 68, 70, 81, 83, 148

N

Nacionalismo 7, 64, 67, 72, 151
Nada 6, 16, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 47, 48, 55, 122

O

Ocupação Territorial 12, 20, 141

P

Paracambi 7, 9, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 176, 177, 181, 182
Patrimônio 9, 13, 69, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 85, 116, 125, 126, 127, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 166, 167, 170, 171, 172, 173, 177, 181
Pobres 7, 8, 12, 15, 16, 18, 20, 21, 89, 155, 156

Q

Querer 35, 38, 39, 40, 41, 47, 48, 136

R

Razão 4, 5, 36, 39, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 65, 73, 87, 94, 101, 155

Recife 7, 9, 12, 85, 153, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165

S

Senador 7, 9, 86, 87, 90, 91, 92, 93, 94

Sérgio Buarque de Holanda 7, 9, 96, 98, 99, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 112

Sociabilidades 9, 65, 86, 88, 124, 153, 160, 161, 162, 163, 164

Sociedade Civil 34, 49, 51, 53, 89

Sufrimento 7, 8, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47

T

Tempo 8, 2, 10, 14, 15, 21, 44, 51, 53, 55, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 77, 97, 99, 101, 106, 107, 112, 117, 120, 126, 135, 138, 140, 150, 154, 158, 162, 168, 169, 170, 172, 173

Terras 7, 8, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 79, 98, 103, 115, 119, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 137, 138, 141, 142, 143, 144, 148, 149, 158, 169

Tolerância Religiosa 49

U

União Europeia 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34

V

Voltaire 7, 8, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57

Vontade 4, 27, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 99

 **Atena**
Editora

2 0 2 0